

ONGs, vulnerabilidade juvenil e reconhecimento cultural:

eficácia simbólica e dilemas

Paulo Artur Malvasi¹

MALVASI, P.A. NGOs, juvenile vulnerability and cultural recognition: symbolic efficacy and dilemmas. *Interface - Comunic., Saúde, Educ.*, v.12, n.26, p.605-17, jul./set. 2008.

The search for cultural recognition, as a strategy for confronting vulnerability among adolescents, has become predominant among Brazilian NGOs (non-governmental organizations). After ten years of growth of this form of action, we seek to analyze its symbolic efficacy and its dilemmas. This article starts by discussing the concepts and practices involved in this scenario. It then turns to the field of Brazilian NGOs operating among adolescents in vulnerable situations through artistic and cultural activities, aiming to recognize the symbolic elements within this context. Furthermore, it presents a case study that observes the experience of an NGO. This article highlights a dilemma common to NGO actions dealing with juvenile vulnerability: how to reconcile actions of a cultural nature aimed at strengthening the private repertoire among working-class adolescents with enablement of access to the structures and basic resources from which they are distanced.

Key words: Social vulnerability. Non-governmental organization. Cultural recognition. Efficacy. Material redistribution.

A busca pelo reconhecimento cultural como estratégia no enfrentamento da vulnerabilidade entre jovens tornou-se predominante entre as ONGs (organizações não governamentais) brasileiras. Após dez anos de crescimento desta forma de ação, analisamos sua eficácia simbólica e seus dilemas. O artigo debate, inicialmente, conceitos e práticas envolvidas nesse cenário. Em seguida, volta-se para o campo das ONGs brasileiras que atuam com jovens em situação de vulnerabilidade, por meio de atividades artísticas e culturais, com o intuito de reconhecer os elementos simbólicos presentes neste contexto. Apresenta-se, ainda, um estudo de caso sobre a experiência de uma delas e destaca-se um dilema comum às ações das ONGs no enfrentamento da vulnerabilidade juvenil: o de conciliar as ações de caráter cultural que valorizam o repertório particular dos jovens de classes populares com a viabilização do acesso a estruturas e recursos básicos dos quais estão afastados.

Palavras-chave: Vulnerabilidade social. Organização não governamental. Reconhecimento cultural. Eficácia. Redistribuição material.

¹ Graduado em Ciências Sociais. Programa de Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei, Universidade Bandeirante de São Paulo. Rua Pedro Alvim, 20 Centro - Atibaia, SP 12.940-000 paulomalvasi@hotmail.com

Introdução

Nos últimos anos, um fator atuante no enfrentamento da vulnerabilidade juvenil tem sido o aumento de ações e projetos de Organizações Não Governamentais (ONGs) que se apresentam como alternativa ao ingresso no “mundo do crime” e outros “riscos sociais” atuando no âmbito das atividades culturais – música, dança, artes plásticas etc - para denunciar a exclusão, reivindicar o direito à cidadania, criar novas redes de sociabilidade. Tais ações apostam no reconhecimento cultural das manifestações dos jovens das classes populares como estratégia para enfrentar os estigmas e preconceitos que sofrem. Este artigo procura reconstituir o significado social desta prática de ONGs e analisar os dilemas que surgem ao se defrontarem com aspectos da vulnerabilidade que se referem às condições materiais necessárias para a inclusão.

Refletindo sobre os termos

Falar em ONGs é definir um universo em que as representações e as práticas são tão diversas e complexamente construídas que se torna difícil defini-las como algo uno. Tratá-las como forças “negativas” ou “positivas” é tão ingênuo quanto limitante. Por trás do termo ONG (assim como do *terceiro setor* e *sociedade civil*) encontramos uma diversidade muito grande de iniciativas. Dentro de cada instituição a ambivalência está colocada.

A noção de *campo* de Bourdieu (1983) é uma referência interessante para refletirmos sobre o fenômeno das ONGs no Brasil, pois se trata de um universo em que agentes (indivíduos e organizações) tramam uma rede de influência recíproca e de disputas por recursos e poder. Em Bourdieu, a ação social explica-se em termos de uma interação socialmente estruturada. Os indivíduos agem orientados por disposições duráveis internalizadas que conformam e condicionam as possibilidades de apreensão do mundo - o *habitus*. Com base nesta orientação, os indivíduos não são meros executores de normas ou reprodutores de estruturas. A ação social acontece em *campos* em que as posições dos sujeitos já estão objetivamente estruturadas, embora tais posições sejam o resultado de um jogo dinâmico que depende dos objetos de disputa de cada campo. Portanto, a noção de *campo* procura comportar a dinâmica das interações sociais e a estrutura das relações de poder. Partir da idéia de *campo* de Bourdieu implica observar a existência de atores estruturados que estão competindo (Bourdieu, 1983).

Façamos, então, algumas reflexões sobre o *campo das ONGs*. A partir dos anos 1990 houve um processo de extraordinária diversificação e ampliação das ONGs no Brasil. No início dessa década, as organizações não governamentais passam a se articular de forma efetiva como um *campo* autônomo em relação aos movimentos sociais,

num claro esforço de construção de sua face pública, buscando influir nas decisões de poder e superar a ‘síndrome de clandestinidade’ que marcara seus primeiros anos, verifica-se o surgimento de diversas articulações através de fóruns regionais ou nacionais, e até mesmo de associações formais, como é o caso da ABONG – Associação Brasileira de ONGs, fundada em 1991. (Doimo, 1995, p.153)

Até a década de 1980, ainda havia uma considerável especialização e segregação entre as associações e movimentos – cada qual ligada a uma “causa” (educação popular, por exemplo) ou a um “público” particular (de negros, de mulheres, de jovens etc.); na década de 1990 se constroem novos espaços de interação entre as diversas associações, a partir da incorporação crescente de *categorias transversais* – como *gênero*, *juventude* e *expressões artístico-culturais*, por exemplo, que deixam de marcar um tipo de ONG, mas passam a ser elementos importantes em várias delas.

Daniel Simião (2002) analisou esse movimento de surgimento de temas transversais que perpassam diversas ONGs, destacando a categoria *gênero*. O autor parte de um pressuposto teórico para refletir sobre este tema: podemos dizer que os conceitos que grupos e pessoas utilizam para se posicionar no mundo – como o conceito de gênero nos discursos e nas relações entre atores do universo das ONGs –

são bastante reveladores, não apenas de consciências individuais, mas de formas sociais de estar no mundo (Simião, 2002).

O estudo de Simião (2002) mostra como na década de 1990 se constroem novos espaços de inter-relacionamento entre as ONGs, por meio da incorporação de *categorias transversais*, que servem para a mobilização, a veiculação e para arremeter financiamentos para os "projetos". A análise do autor aponta como as agências internacionais de cooperação foram determinantes neste processo, deixando claro, em textos de diferentes agências internacionais, a compreensão de gênero como um enfoque transversal que deveria estar presente nos projetos propostos por qualquer ONG.

Parece-nos que este uso instrumental de *categorias transversais*, que representam idéias apreciadas no desenvolvimento das ações coletivas a partir da década de 1990, tornou-se uma forma de as ONGs se posicionarem no *campo*. Outras "palavras-chave", além de *gênero*, presentes no campo das ONGs são: *cultura e juventude*. Em suma, as ONGs que conseguem ostentar um tipo de trabalho que contempla temas transversais valorizados pelos financiadores, ganham preciosos pontos em seu capital social, e facilitam o acesso a pleiteados recursos e financiamentos específicos das agências de cooperação internacional, dos governos e das empresas privadas.

A noção de vulnerabilidade também é uma "palavra-chave" para as ONGs utilizarem em seu repertório na busca de apoios e financiamentos. Na maior parte dos casos, a noção de vulnerabilidade juvenil remete à idéia de fragilidade e de dependência que se vincula à situação de jovens, sobretudo os mais pobres. Diversos fatores têm levado à associação corrente entre juventude e vulnerabilidade². Tais fatores enfatizam os aspectos negativos da experiência de segmentos menos favorecidos da juventude, relacionados à crescente violência urbana, às transformações da ordem socioeconômica no mundo contemporâneo e à falta de garantia dos direitos e oportunidades nas áreas de educação, proteção social, entre outras que asseguraram os direitos humanos dos jovens.

Essa forma negativa - que é reforçada e reforça o senso comum - de pensar em algumas situações a que segmentos da juventude estão expostos, associa a juventude ao "risco", caracterizando-a como problema, e leva a uma visão do jovem como incapaz de responder às suas carências e debilidades. Embora a utilização da noção de vulnerabilidade "negativa" possa abrir caminhos para a defesa e proteção de jovens pobres, rejeitados pela escola, sem oportunidades, buscando transformar este quadro, ela pode, por outro lado, estigmatizá-los ainda mais.

Mesmo que haja um consenso de que esses jovens se encontram em situações socialmente negativas³, é importante reconhecermos a força criativa e as potencialidades presentes na vida cotidiana deles. Tal esforço tem sido realizado em torno da idéia de "vulnerabilidade positiva". Nesse caso, deve-se identificar o potencial inovador dos jovens, a possibilidade do positivo, "ou seja, a consciência quanto a riscos e obstáculos vividos e a busca por uma ética de vida que representaria um capital simbólico e cultural, que se insinua através do exercício da crítica social" (Castro, Abramovay, 2004, p.3).

Na última década, grandes estruturas que orientam as linhas de fomento ao trabalho das ONGs, como a UNESCO e a Organização Mundial de Saúde, passaram a estimular os trabalhos que se utilizam de expressões culturais para enfrentar as situações de vulnerabilidade⁴, fortalecendo desta forma a busca das organizações para instrumentalizarem o tema da *cultura* como estratégia de intervenção junto a jovens. Por outro lado, o ingresso no mundo do trabalho surge neste contexto como um desafio que necessariamente tem de ser enfrentado.

² O número de mortes violentas entre jovens; os potenciais malefícios causados pelo consumo de substâncias psicoativas; os limites de instituições como a escola para promover o jovem-indivíduo-cidadão; o aumento da "informalização" e do trabalho não regulamentado, assim como das atividades ilegais (em especial o tráfico de drogas) como efetivo mercado de trabalho para estes jovens, e o uso da violência física e outras formas de coação como forma de mediação na relação entre eles compõem alguns dos principais aspectos elencados para associar segmentos da juventude à noção de vulnerabilidade (Adorno, 1998).

³ Condições de vida material, dificuldades de acesso a oportunidades sociais e culturais, e fatores motivados pelo imaginário social, como a discriminação e o medo, deixam segmentos da juventude efetivamente mais expostos aos riscos das grandes cidades e da violência estimulada, sobretudo, pela desigualdade social do Brasil.

⁴ Como um exemplo desta tendência, segue a citação de um livro da Unesco: "A vulnerabilidade social das populações que residem em áreas periféricas é também destacada em mapeamento da cidade de São Paulo, promovido pela Organização Mundial de Saúde, cujo interesse seria avaliar a vulnerabilidade dos jovens às drogas. Neste estudo, defende-se recorrer a atividades de lazer, cultura e esportes como forma de inibir o uso de energia e tempo em violências e no uso de drogas." (Castro, 2001, p.22)

ONGs, vulnerabilidade juvenil e cultura: relações simbólicas

Temos um testemunho da centralidade que o tema transversal *cultura* ganhou entre as ONGs que trabalham com jovens em situação de vulnerabilidade, ao voltarmos nosso olhar para o livro *Cultivando vidas, desarmando violências*, resultado de pesquisa em âmbito nacional, organizada pela Unesco (Castro, 2001), com trinta das principais instituições que trabalham com jovens em todo o Brasil⁵: todas atuam com algum projeto que envolve o conceito *arte-cultura* ou *arte-educação*. Constrói-se, assim, um discurso que relaciona a mudança na vida dos jovens à participação em atividades culturais.

Por que “arte” e “cultura” para “jovens carentes”? Por que ONGs contemporâneas que trabalham com a juventude chegaram a este “sentido cultural”? Qual a base cultural que permite a reivindicação e a instrumentalização da dança, do teatro ou da percussão para a concepção de uma organização com o fim público de proporcionar cidadania para “jovens carentes”?

Um ponto a se considerar é a centralidade que a juventude assume nestes anos como “problema social”, sobretudo (mas não só) a juventude pobre, passando os rapazes particularmente a serem mais associados à delinquência, ao consumo de drogas, à violência. Outro aspecto é a idéia de que a “cultura” oferece um contraponto, elemento estratégico para se trabalhar com jovens em situação de vulnerabilidade social. Neste cenário ganham destaque as expressões culturais identificadas com os setores populares e, em particular, com aspectos de identidade étnica negra, como o rap, a capoeira, a percussão, entre outros.

Algumas organizações tiveram um papel central na construção da visibilidade do tema *cultura* na ação junto a “jovens vulneráveis”, e tal construção está associada à questão da identidade étnico-racial. O Olodum e o Afro Reggae, entre outros, surgem em um movimento de valorização da cultura negra no Brasil e no mundo. Tais organizações conquistaram legitimidade social, difundiram suas ações em grandes veículos de comunicação, e difundiram o tema *cultura* entre ONGs que trabalham com jovens em todo o Brasil.

Nas últimas décadas, a valorização desse tipo de ação está inserida no complexo processo de valorização de expressões culturais relacionadas à negritude. A difusão e visibilidade dessas ONGs se relacionam a intercâmbios simbólicos em níveis locais e globais, envolvendo uma gama variada de agentes e instituições. Lívio Sansone aponta para a existência de um intercâmbio simbólico entre negros nos dois lados do Atlântico, uma convergência entre culturas negras locais e a constituição de uma cultura negra internacionalizada. Nesta construção cultural típica de nossa época, destaca-se a estetização da negritude por meio, sobretudo, de estilos jovens de alta visibilidade e da música pop, entre os quais estão o *hip-hop* e o *reggae* (Sansone, 1995), e também a música percussiva e as danças afro.

O autor salienta fatores estruturais que determinam as condições de vida das populações negras, ou afrodescendentes, em diferentes países, e estes se relacionam diretamente com as construções simbólicas sobre a negritude. Existem traços semelhantes na composição econômica dessas populações, que, de maneira geral, são alijadas da participação plena no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, a construção social das imagens relativas ao trabalho associa simbolicamente os negros ao lazer e à naturalidade. Estas imagens transnacionais da negritude são veiculadas tanto por brancos quanto por negros, num processo que envolve a indústria musical e a da moda, as migrações de populações negras e o fortalecimento da produção e da resistência cultural negra (Sansone, 1995).

A situação dos negros no Brasil, em relação ao mercado de trabalho e à (auto)imagem do *ser negro*, segue tendências semelhantes. Apesar das

⁵ Para compor o campo da pesquisa entre as ONGs, foram selecionadas cinco experiências de cada um dos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia, quatro do Estado de São Paulo, três do Ceará e dois de cada um dos estados do Maranhão, Pará, Paraná e Mato Grosso, perfazendo trinta no total.

dificuldades de acesso e integração à sociedade, os negros e mestiços brasileiros, num processo paradoxal, têm gozado cada vez mais de prestígio, quando o tema é *brasilidade*. A este processo de valorização da cultura negra, somam-se dois aspectos que engendram mudanças na atitude dos jovens negros e mestiços, no sentido de assumir expressões culturais negras: com a dificuldade do acesso ao emprego, ganha centralidade o consumo e o lazer na busca de status, dignidade e direitos civis; existe um forte desejo de “ser alguém” e de “pertencer” (Sansone, 1995, p.75). Esta forma de assumir a identidade negra combina-se com ser jovem e de classes populares no consumo e na produção de elementos da cultura afro-brasileira – como a percussão e a capoeira (Sansone, 1995).

Sabemos que, no Brasil, muitas vezes, as articulações e tensões sociais não adquirem explicitamente uma atribuição de cor, mesmo quando se trata de temas que remetem a ela, como, por exemplo, o caso de jovens moradores de favelas que tocam percussão e jogam capoeira (expressões remetidas a uma origem africana) ou participam do movimento hip-hop (também identificado com a negritude) como meio de conquistar auto-estima e reconhecimento, ou o que for que se esteja denominando de *cidadania*. Fica subentendido que esta manifestação cultural é característica de segmentos negros e/ou mestiços, mas há um deslocamento para a condição social, ou seja, a pobreza. Como assinalamos há pouco, identificações com elementos da cultura afro, nos dias de hoje, mesclam-se com o pertencer a classes populares e jovens.

Além da questão racial, o problema que se coloca nas grandes cidades brasileiras é o da periferia, dos perigos presentes nos grandes centros urbanos e dos jovens nesse contexto, retratado como de violência, tráfico de drogas, desemprego, falta de perspectiva. O advento do *hip-hop* na cidade de São Paulo parece ter um papel de destaque nesta valorização da música como forma de contestação, atuação e transformação entre jovens moradores da periferia da cidade. Como sugere Maria Eduarda Araújo Guimarães (Guimarães, 1999, p.47): “O *rap* transformou a periferia em referência para a cultura, assim como o samba já havia definido o morro como idealização de um Brasil mulato [...]”. A diferença primordial é que enquanto o samba é um representante da cultura nacional, e a música dos blocos afros um elemento de resgate da cultura de raízes africanas, o rap tem como objeto a denúncia das desigualdades e discriminações que acontecem com populações jovens em São Paulo, no Brasil, mas também em toda parte do mundo, “seu universo refere-se a um *local* que está remetido diretamente ao *global*” (Guimarães, 1999, p.47).

Outras análises sobre o hip-hop encontradas na coletânea *Rap e Educação, Rap é Educação* (Andrade, 1999), reforçam a idéia de que o rap tem influenciado uma grande parte dos jovens, de todas as “classes” e “cores”. O movimento hip-hop como forma de expressão e ação tem extrapolado sua influência para além dos seus integrantes. Muitos jovens que não são membros do movimento hip-hop consomem os discos, cantam em festas ou mesmo em encontros ocasionais e, de certa forma, dividem com os cantores de música rap a atitude de discordância social. As letras de rap denunciam a violência, o preconceito e a discriminação sofrida por jovens pobres, especialmente os negros, e os conclamam a se organizarem e a mudarem seus destinos. Espalha-se, assim, uma “cultura de conscientização”, que tende a tornar os jovens mais receptivos a projetos que apresentam alguma similaridade estrutural com as peculiaridades do hip-hop.

Qual a melhor forma, então, de atuar com o grupo etário que se tornou foco de tensões sociais? Na problemática da violência urbana, os jovens são considerados os principais protagonistas, mas, em grande medida, as possibilidades de lidar com os problemas vieram, paradoxalmente, deles mesmos. A parcela da juventude mais exposta e vulnerável ao crime e à violência encontrou, em expressões musicais como o *samba-reggae*, o *funk* e o *rap*, formas de se posicionar no mundo, redimensionando suas condições de vida e tornando possível seu ingresso no mundo de imagens, símbolos, comportamentos e valores do mercado de bens culturais. Tais expressões musicais introduzem outras formas de expressão artística – corporal, por meio das danças; textual, por intermédio das letras; plástica, por meio da “grafitagem” dentro do movimento Hip Hop - e apontam para a reivindicação de um espaço para os jovens comunicarem suas idéias por intermédio da linguagem artística.

Todas estas articulações, peculiares das décadas de 1990 e 2000, envolvendo juventude, “problemas sociais” e “arte-cultura”, entraram na pauta das práticas de prevenção e saúde pública voltadas para este segmento. Paralelamente, projetos de ONGs voltados a este público-alvo incorporaram estas

expressões, apontando para a tendência de valorização do repertório sociocultural dos jovens como meio mais eficaz para seduzi-los e dar alternativas às carências a que estão submetidos.

Na última década, por todo Brasil, vemos então a expansão e a variação de programas alternativos, voltados para a educação para a cidadania, em organizações não governamentais de diferentes portes norteadas para os jovens. Há uma ampla aceitação coletiva deste tipo de "projeto social", o que pode ser observado pelo crescimento vertiginoso de experiências e pelas inúmeras e repetidas reportagens sobre trabalhos com este perfil. O crescimento deste tipo de ação social está ancorado, também, no respaldo do Estado via programas oficiais. Verifiquemos exemplarmente o que o Programa Regional de Ações para o Desenvolvimento da Juventude na América Latina (PRADJAL, 1995-2000) também recomenda:

atenção para a situação dos jovens em situação de risco social; e atenção à importância da cultura, em suas múltiplas derivações conceituais, para a construção da cidadania ou para diversos tipos de cidadania, inclusive para o lidar/responder com a pobreza e outras exclusões sociais, como as relacionadas às relações étnico-raciais e de gênero. (Castro, Abramovay, 1998, p.571)

Um estudo de caso: eficácia simbólica e dilemas em uma organização não governamental⁶

As informações e fatos abaixo descritos e interpretados sobre o caso de uma ONG foram coletados em um processo de pesquisa que lançou mão de contribuições do método antropológico conhecido como etnografia⁷. A observação participante foi a técnica privilegiada da pesquisa. Observou-se o cotidiano e realizaram-se conversas formais e informais, tanto com os adolescentes e jovens que participavam das atividades da ONG, quanto com seus educadores, técnicos e gestores. Aliadas à observação participante, foram realizadas entrevistas individuais com trinta jovens e com dez membros do staff e diretores da organização. A pesquisa de campo realizou-se entre março de 2001 e abril de 2003, embora o primeiro contato e a realização de pesquisa exploratória tenham ocorrido ainda em 1999⁸.

A associação pesquisada nasceu em meio ao vertiginoso aumento das ONGs no transcorrer da década de 1990. Sabe-se que, no campo da ação coletiva, este foi um período marcado pela crescente participação das ONGs na criação e na execução de ações sociais voltadas a diversos segmentos da população, sobretudo aos considerados menos favorecidos. De forma resumida, podemos dizer que, entre as ONGs, é reforçada a idéia de que os indivíduos devem interagir voluntariamente com a sociedade, visando a atenuar (ou erradicar talvez) vulnerabilidades sociais. As ONGs se organizam em torno de questões sociais, públicos-alvo e formas de ação (ou atividades) que proporcionam o sentido original da empresa. A escolha de temas entre as ONGs relaciona-se, entre outras motivações, com a valorização que estes têm frente aos financiadores. No caso da ONG investigada, a proposta foi enfrentar o problema da juventude em situação de vulnerabilidade com o "poder transformador da música", segundo as palavras de seu presidente.

A entidade começou como um grupo de ensaio de percussão. O discurso oficial é o de que esta foi a atividade que permitiu e promoveu a reunião de jovens de favelas locais, e também a deles com jovens de outras classes, a criação

⁶ Estudo realizado em nível de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS/USP), entre os anos de 2001 e 2004. Para preservar a organização e os atores institucionais, os nomes serão mantidos em sigilo.

⁷ A etnografia apresenta características peculiares: de um lado, por meio de descrições detalhadas e pormenorizadas, ela procura nos revelar um universo particular, com suas minúcias, contradições e até idiosincrasias; de outro, e com base no conhecimento do específico, esta prática busca iluminar fatos que perpassam atores e realidades sociais mais amplas, pois existem recorrências nos casos particulares que mostram aspectos estruturantes da vida social.

⁸ O primeiro contato do pesquisador com a entidade ocorreu em 1999, em pesquisa para a disciplina *Pesquisa de Campo em Antropologia*, do curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. Valendo-me desta experiência, elaborei um projeto em nível de mestrado que propunha, como objetivo principal, interpretar as representações dos integrantes da entidade (tanto dos adultos do staff quanto de seus jovens associados) sobre o significado da ação social por meio da música voltada para jovens em situação de vulnerabilidade. A recepção em 1999 seguiu a espontaneidade que o grupo experimentava. Mantive o vínculo com a organização durante o ano de 2000. Quando voltei a fazer pesquisa de campo em 2001, já era conhecido e próximo dos membros da organização, o que facilitou o desenvolvimento da pesquisa.

de laços afetivos e, sobretudo, de um território existencial em que pessoas cotidianamente discriminadas pudessem produzir sua dignidade e sua vontade de viver. Os principais símbolos construídos para representar a entidade, assim como os elementos reivindicados na *auto-representação* dos jovens que a integram, são fornecidos pela atividade musical.

Existe um item do repertório sociocultural, estereotipado sem dúvida, mas muito presente entre os brasileiros, de que *nós* temos um dom natural - e aqui se lê, sobretudo, a população afrodescendente, em grande medida pobre – para tocar música rítmica. Parece haver um diálogo entre a elaboração deste “projeto social” e este elemento do imaginário da cultura nacional. Ele é projetado tanto para dentro quanto para fora da instituição.

O solo no qual o idealizador da associação plantou a percussão como atividade foi o de jovens paulistanos moradores de bairros populares e favelas da zona sul de São Paulo. Nesse chão, a música percussiva fertilizou, porque se trata de uma linguagem que faz parte do repertório cultural desses jovens, ou que, pelo menos, é assim socialmente validada: para jovens afrodescendentes, fazer “bataque” é algo encarado como “normal”. Com efeito, a percussão é uma atividade musical típica de camadas populares, especialmente negra e mestiça, nos grandes e pequenos centros.

Durante os anos de pesquisa de campo, várias vezes ouvi, na organização, expressões como “a percussão está no sangue” ou “estes jovens têm um dom natural para a música”, tanto de professores de artes, esportes e de coordenadores, quanto dos jovens participantes. Esta representação “naturalizada” da qualidade de jovens mestiços, brasileiros, de classes populares, para tocarem e dançarem música percussiva é um elemento básico para a seleção deste gênero musical.

As variáveis *percussão* e *cidadania* são utilizadas pela ONG, em sua comunicação com a sociedade, como elementos que dão legitimidade ao trabalho, propiciando-lhes também acesso às políticas institucionais na busca de financiamentos e parcerias. As concepções de “cidadania” que são encontradas no vídeo e no *site*, nos textos institucionais presentes no discurso veiculado, inclusive pela mídia ao retratar a ONG, situam-na no cenário das políticas públicas e ações da “sociedade civil” voltadas para a população em situação de vulnerabilidade social, especialmente jovem. Neste tipo de concepção, amplamente difundida entre ONGs e órgãos governamentais, é necessário proporcionar aos “desfavorecidos” um conjunto de repertórios para que eles possam exercer sua “cidadania”. Atividades genericamente chamadas de “culturais” estão no centro destas representações.

No bojo destas concepções correntes em nossa sociedade, a percussão é usada tanto como “isca” para atrair o público-alvo quanto como mecanismo de expressão e projeção pública do grupo. As apresentações, enquanto extensão e concretização da atividade artística, atuam no mesmo sentido, proporcionando marcas de pertencimento social aos jovens integrantes e afirmando o trabalho da instituição perante platéias que representam a sociedade em geral.

Lembramos ainda que a utilização desta vertente musical na associação é uma via de mão dupla. Por um lado, estabelecida como opção inicial pelos fundadores da instituição, só foi mantida e gradativamente ampliada porque teve, de outro, a adesão de jovens. Nesta perspectiva, os posicionamentos dos integrantes da ONG (tanto adultos, coordenadores e professores, quanto jovens que participam das atividades) são equacionados pela mesma variável - a percussão. Reconhecemos, neste estudo de caso, a eficácia do arranjo simbólico desta entidade: o *tripé* jovens-percussão-cidadania.

A pesquisa mostrou-nos que, embora os coordenadores tivessem ascendência sobre os jovens, seus comportamentos, valores e práticas não eram reproduções ou simples aceitações do modelo proposto pela ONG. Percebemos que havia uma certa disputa pelas definições e valores dentro da entidade.

Com o crescimento institucional, uma das primeiras estratégias usadas para a criação de pessoal foi o recrutamento de jovens integrantes. O grupo de estagiários que já existia foi incrementado e gradativamente profissionalizado. Num primeiro momento, a criação da figura dos estagiários em período integral destinava-se a deixar sob controle jovens considerados, pela coordenação, em risco de sucumbir a grupos criminosos ou ao uso abusivo de drogas. Ação institucional inicialmente adotada por demanda, tornou-se estratégica ao atender simultaneamente à carência de mão-de-obra da instituição e à necessidade particular destes jovens de obterem emprego.

Para selecionar os jovens, considerou-se prioritariamente o vínculo de proximidade e a identidade que estabeleceram com a instituição; conforme declaração de funcionários da administração e de

coordenadores, na separação das funções que exerceriam, o critério foi a qualificação profissional: o manuseio ou não do computador, o uso correto da língua escrita e falada, conhecimento técnico de ajuste nos instrumentos, entre outras habilidades. Este critério profissional ocasionou a tendência de separar os que possuíam maior escolaridade - em geral os jovens oriundos da classe média, que foram trabalhar em serviços gerais de escritório e em atendimento ao público - daqueles com pouca qualificação para estas funções, escalados para trabalhar no setor de manutenção.

A relação destes jovens com a ONG adquiriu uma natureza profissional, inexistente até então. O vínculo anterior era apenas de jovens (público-alvo) a quem se destina a atuação da ONG. Neste movimento, alguns optaram por uma dedicação profissional. Outros se dividiram entre a experiência anterior e a nova. Aceitaram e se dedicaram ao trabalho proposto, mas se mostraram desencantados e descontentes com mudanças na instituição. Estes jovens constituíram um grupo informal que ficou conhecido na associação como "velha guarda"⁹.

A chamada "velha guarda" passou a discordar sobretudo da tendência "profissional" da entidade, envolvendo-se em situações de conflito aberto com integrantes mais novos (que chamavam de "playboys") e com funcionários (segundo eles) "mercenários". Para os mais antigos no projeto, os jovens que chegaram a partir de 2001 não vinham da "favela", não precisavam dele - só estavam ali porque era de graça e porque "apareciam na TV" - e os funcionários só estavam por causa do dinheiro. O discurso destes jovens aponta uma dicotomia entre o vínculo sentimental com o projeto que eles, da "velha guarda", representariam e o vínculo de interesse que ligava integrantes e funcionários mais novos à instituição. Como integrantes com uma íntima relação com a trajetória institucional, manifestam discordância dos novos rumos por meio da comparação entre o que era e o que é o projeto, indicando diferentes interpretações sobre o crescimento da ONG.

O "conflito de representações" na organização investigada manifestou-se, em grande medida, nas crises que surgiram do cruzamento de duas formas de se conceber a ONG: uma que enfatiza a identidade e os valores de grupo, e outra que destaca uma lógica de eficiência¹⁰. Idéias sobre "protagonismo juvenil", "solidariedade", "conhecimento", "pertencimento", "respeito", de um lado - e "qualidade", "valor", "competência", "profissionalismo", de outro - dão o tom do debate. Condutas cotidianas dos agentes fornecem a animação desta "guerra simbólica".

No quesito música, os jovens da "velha guarda" detiveram uma posição que lhes permitiu desenvolverem estratégias de fortalecimento. Aprenderam, durante os anos de participação na ONG, as técnicas da produção dos shows - estão entre os mais habilidosos com os instrumentos, conheceram os ritmos e as técnicas de improvisação durante uma apresentação. Como a "banda Show" chega a ter cem componentes, dependendo do espetáculo, tornam-se imprescindíveis para que a música não desande. Eles formam a linha de frente da banda, tocam os instrumentos mais difíceis e "vestem a camisa", tocando nas apresentações com "raça" - como gostam de dizer.

Os jovens, sobretudo aqueles que passaram dos dezoito anos, precisaram adquirir, além da habilidade com a música, "competência profissional", pois é o que pode assegurar sua permanência na entidade. Os jovens da "velha guarda" sofreram pressões dentro da ONG no que diz respeito ao referencial do "profissionalismo". Ficaram na berlinda, pois não seguem os padrões de comportamento da eficiência organizacional - horário, produtividade, posturas corporais etc.; brincam, dão pausas nos trabalhos, têm posições menos

⁹ "Velha guarda" foi o nome informalmente dado a um grupo de jovens lideranças que estão na entidade desde o começo, que se tornaram ícones pela habilidade desenvolvida com os instrumentos, e pelo fato de trabalharem "carregando o piano" no dia-a-dia da instituição.

¹⁰ A busca pela eficiência dentro das ONGs não é uma novidade. Desde a década de 1980, as agências internacionais de fomento aos movimentos sociais procuraram estabelecer com as ONGs critérios e procedimentos que garantissem os resultados dos trabalhos, como avaliação sistemática e planejamento. A lógica de "projetos", característica das ONGs contemporâneas, pede o estabelecimento de propostas de ação com metas, prazos e verbas bem definidos, o que exige profissionalismo e qualidade na gestão. Além da lógica de projetos, o crescente relacionamento entre ONGs e fundações empresariais também estimulou a profissionalização das entidades.

comprometidas com a idéia corrente de eficácia, sendo, portanto, considerados, pela administração da entidade, como “moles para trabalhar” - e “incompetentes”. O argumento é que prejudicam a dinâmica de trabalho, influenciando outros jovens. “São mau exemplo”.

A ênfase do posicionamento dos jovens da “velha guarda”, entretanto, não é na questão profissional, mas antes nos laços afetivos. Eles têm ciência de que são admirados pelos mais jovens e acabam, por isto, sendo “formadores de opinião” - como disse o presidente. Influenciam o comportamento de outros jovens, pois, em certo sentido, eles são o “vir-a-ser” desejado de boa parte de garotos e garotas que entram na ONG. Afinal, como disseram, formam a “linha de frente” da banda, conhecem - vivenciaram - toda a história da entidade, fizeram viagens internacionais, “ficam” (namoram) uns com os outros. Com todo este “currículo”, acabam definindo, em grande medida, quais os elementos “não institucionais” para o *pertencimento*.

Para a presidência, surgiram questões embaraçosas na relação com a “velha guarda”. Com relação ao grupo, em grande medida composto por jovens com mais de 18 anos, qualquer atitude drástica da presidência seria difícil, mesmo de acordo com o estatuto, portanto, dentro da lei. Cortá-los do projeto seria embaraçoso porque poderia representar um fracasso da entidade caso a saída fosse brusca e violenta, ou caso esses jovens, ao sair, “se perdessem” (praticassem crimes ou abusassem de álcool e drogas) - ou, ainda, caso não se integrassem à sociedade por meio do trabalho. Alguns jovens que entraram na mesma época da “velha guarda” foram presos ou participam de grupos criminosos - segundo relatos, inclusive de coordenadores. Lembremo-nos de que o começo do estágio na associação era uma estratégia para “segurar” jovens “em situação de vulnerabilidade”. Por outro lado, mantê-los na entidade implicaria lidar com o “estilo bad-boy” / “moleque da favela” dos jovens, que não se harmoniza com o desejo da instituição de uniformizar alguns comportamentos considerados corretos.

Os jovens da “velha guarda” passaram a viver este dilema, pois faz parte das “personagens” que eles construíram de si mesmos, de suas “identidades pessoais”, da posição que assumiram na entidade - o ser “malandro”, “moleque da favela”, “100% periferia”, “tirar sarro da cara dos outros”, “apavorar os comédia”, como dizem. Entretanto, são cobrados a se ajustarem ao padrão de comportamento esperado em um “projeto social” - “respeitar os outros”, “ser educado”, “não agredir” etc.

Cada vez mais, entram jovens com perfil diferenciado - maior escolaridade, melhor renda familiar, melhores condições de moradia etc. Estes jovens ganharam espaço na entidade, e as falas da coordenação pedagógica e dos educadores, de forma geral, apontam para o crescimento e o fortalecimento deste perfil dentro da ONG. Os jovens da “velha guarda” enfrentam alguns questionamentos: mudar de “identidade” para serem aceitos no “contexto do conhecimento” seria perder a sua especificidade e sua força particular? São colocados em situação de aceitar regras impostas pela presidência da ONG, com que às vezes podem não concordar... mas e sair? O que fazer fora da ONG? E dentro, quais as suas chances, se lhes faltam algumas *competências* para crescerem profissionalmente?

Redistribuição material e reconhecimento cultural: o dilema das ONGs no enfrentamento da vulnerabilidade juvenil

No artigo “From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a ‘postsocialist’ age”, Fraser (2001) propôs uma reflexão sobre as relações entre lutas culturais pelo reconhecimento e lutas pela redistribuição no mundo

¹¹ O debate em torno do marco *redistribuição e reconhecimento* é um dos mais interessantes na teoria social contemporânea. Autores como Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser têm se debruçado sobre esta temática, oferecendo importantes referências para a compreensão das dinâmicas sociais contemporâneas (Mattos, 2006).

contemporâneo - inspiradora quando o tema é ações coletivas¹¹. Em uma abordagem pragmática feita com base no exame da realidade empírica, a autora destaca os conflitos políticos cotidianos da contemporaneidade e sua gramática específica. Dessa forma, a análise de Fraser permite a construção de um diálogo interpretativo interessante com o caso concreto acima descrito.

Fraser revela uma preocupação com a ênfase que a luta pelo reconhecimento ganha, sobretudo a partir da década de 1990, no contexto de lutas pela cidadania: a identidade de grupo suplanta o interesse de classe como meio principal da mobilização política (Fraser, 2001). Segundo a autora, o problema é a desconexão entre as dimensões econômica e cultural nas pautas e ações de movimentos sociais. Em um mundo marcado por profundas desigualdades econômicas, a separação dessas dimensões é falsa. O não reconhecimento de identidades culturais e a desigualdade social estão entrelaçados e apoiados um no outro. Para Fraser, é necessário problematizarmos simultaneamente a proteção à identidade grupal e questões redistributivas. Com base nessa apreensão, ela procurou diagnosticar o que pode acontecer quando se reivindica justiça econômica e reconhecimento cultural simultaneamente.

Estamos diante de um difícil dilema, segundo Fraser. Pessoas sujeitas à injustiça cultural e à injustiça econômica necessitam de reconhecimento e redistribuição. Necessitam de ambos para reivindicarem e negarem sua especificidade. Como isso é possível? (Fraser, 2001). Ela chama os grupos que necessitam tanto de redistribuição quanto de reconhecimento de "coletividades bivalentes".

A juventude pobre e em situação de vulnerabilidade social pode ser pensada como uma "coletividade bivalente". Ela é diferenciada tanto em virtude da estrutura político-econômica quanto da estrutura cultural-valorativa da sociedade. Esta parcela da juventude é predominantemente afrodescendente, e o desenvolvimento histórico da pobreza e da exclusão no Brasil está relacionado à questão racial, o que faz com que haja um forte intercâmbio entre a questão de classe social e a de raça em nossa sociedade. Tais jovens sofrem de má distribuição socioeconômica, crescem em contextos de miséria, carência de infra-estrutura e falta de preparo para o mundo do trabalho formal - não são capacitados técnica e intelectualmente para atividades produtivas valorizadas na sociedade. Desta forma, são considerados "incompetentes" para ingressar no mercado de trabalho, restando para eles atividades de baixa remuneração, baixo status, enfadonhas. Por outro lado, também sofrem estigmatização do ponto de vista da valoração cultural. Com frequência, são identificados com o tráfico de drogas, assaltos, furtos, crimes em geral. Não é por acaso que estes jovens são as maiores vítimas da violência policial e a parcela da população que mais morre por homicídio no Brasil. Estes jovens sofrem representações estereotipadas e humilhantes na mídia (como criminosos, brutais e estúpidos), e são discriminados em todas as esferas da vida cotidiana.

Segundo a análise de Fraser (2001), "coletividades bivalentes" são fonte de um dilema político. Se elas investem na "luta pelo reconhecimento cultural", afirmam a identidade de grupo valorizando suas especificidades e acabam marcando diferenciações na sociedade. Se, por outro lado, a ênfase é a "luta pela redistribuição", estas coletividades devem buscar mecanismos que minimizem e deslegitimem as distinções sociais que lhes são creditadas. Como afirmar e negar, a um só tempo, a especificidade de um grupo?

Parece-nos que a reflexão de Fraser (2001), mais do que marcar dois pólos separados de "luta pela cidadania", representa a construção de dois tipos de questões que estão atravessando as ONGs e as ações coletivas de forma geral. Neste artigo propomos re-atualizar a discussão. Podemos ver nas ONGs, da mais pragmática à mais caritativa, o desejo de reconhecimento, assim como necessidades distributivas das populações a quem as ações se destinam.

A experiência relatada no estudo de caso mostra que este dilema pode colocar-se de forma paradoxal em diferentes contextos. Voltemos à questão do *pertencimento* encontrada no estudo de caso. A representação dominante desta categoria na ONG aponta para uma identidade de grupo que incorpora a questão da *injustiça econômica*. Nesta organização, a questão valorativa-cultural de jovens pobres e afrodescendentes é encaminhada com a proposta de incorporação de uma forma de identificação coletiva miscigenada e multiclassista. A solução da organização foi trabalhar a "luta pelo reconhecimento" por meio de um convívio entre classes sociais e mediante o reconhecimento pela qualidade do que fazem – expressos, sobretudo, na prática musical baseada em tambores e nas apresentações públicas.

A percussão tornou-se um elemento de valorização cultural para a população afrodescendente. Na entidade estudada, os jovens pobres e afrodescendentes destacam-se, muitas vezes, em relação aos jovens brancos de classes média e alta - o que permitiu, por vezes, um reconhecimento e uma forma de se posicionarem na entidade. Também significou o reconhecimento público como parte de uma banda que destaca elementos afro-brasileiros, embora a presidência não estimulasse deliberadamente este aspecto.

A questão redistributiva, por sua vez, é pensada pela presidência da associação de forma privada: os serviços de qualidade que ela disponibiliza aos jovens são vistos como formas de redistribuição. Embora passem a ter acesso a uma série de bens, serviços e oportunidades, isto só ocorre naquele espaço privado da ONG, e, mesmo assim, mantendo algumas divisões quanto ao tipo de ocupação que os jovens de diferentes classes exercem.

A pesquisa mostrou que a prática musical efetivamente mobiliza mecanismos de sociabilização, de criação de identidades, reforça sentimentos de pertencimento, amplia horizontes espaciais e alteridades. Sem dúvida, cria uma sensação de reconhecimento, mas e fora da banda show, qual é o espaço que esses jovens adquirem na sociedade? De fato eles se afastam das situações sociais críticas que os desfavorecem? A passagem entre o fazer musical proposto pela instituição e a efetivação dos objetivos mais amplos, como a construção da cidadania (incluindo o acesso ao mercado de trabalho) parece, às vezes, aparente, conflituosa ou pouco trabalhada.

O contato entre jovens de diferentes classes sociais pode ser um instrumento de cidadania, mas, se pouco trabalhado, pode resultar na exacerbação da diferença. Os problemas que os jovens menos escolarizados sofreram no processo de crescimento da organização explicitaram o conflito e a dificuldade da transposição do status adquirido no "palco", para fora deste.

Um dos termos-chave utilizados na entidade é *protagonismo juvenil*. Também faz parte do "vocabulário de sentidos" das ONGs que trabalham com jovens por meio de "arte e cultura". Ele traduz uma ação pela participação dos jovens nos contextos em que estão inseridos, no sentido de *co-organização*, de proposição de caminhos, para a concretização da condição de cidadania. No caso estudado, tal participação mostrou-se limitada. Alguns (poucos) jovens que se destacam podem vir a ser monitores (auxiliar o professor no ensino aos iniciantes), ou se efetivarem como funcionários da ONG em alguma área de serviços. Mas a participação efetiva na formatação das atividades da entidade ainda não se dá. Quem sabe, um caminho para a concretização de objetivos mais amplos seja ouvir - além da música dos jovens integrantes de ONGs - os ecos de suas contradições, buscando compreender que "música" elas tocam de fundo.

Não deixa de ser um paradoxo a idéia de criar-se uma forma de identificação coletiva (o *pertencimento*) sob uma base diversificada socioeconomicamente. Parece existir uma "identidade coletiva fragmentada e conflitante" - uma contradição nos seus próprios termos. Jovens convivem, passam a dividir alguns símbolos e valores, criam alianças e laços de amizade. E possivelmente a experiência irá, de alguma forma positiva, marcar "muitos" com tão "poucas" perspectivas de vida *neste Brasil* - país injusto - em que a *desigualdade social* é concreta, presente em diversas dimensões na vida *dos jovens* moradores das periferias das grandes cidades brasileiras, levando-os, muitas vezes, a diversas situações sociais negativas.

Considerações finais

Neste artigo, reconhecemos a existência de efeitos importantes conquistados pelas ONGs que trabalham com jovens em situação de vulnerabilidade por meio de atividades artístico-culturais. Elas têm estimulado o reconhecimento de habilidades e inteligências de uma parcela da juventude brasileira tantas vezes esquecida e estigmatizada. ONGs que utilizam o tema transversal cultura mostram-se eficazes simbolicamente sob a perspectiva dos jovens que aderem em grande número a este tipo de empreendimento por todo o Brasil, e também sob a perspectiva da opinião pública que aceita, apóia e

divulga tais iniciativas. Entretanto, para o conjunto dos jovens consumidores de sua ideologia, aquelas organizações não garantem perspectivas concretas de atendimento às suas necessidades materiais, ilusões efêmeras de uma vida digna.

O caso concreto analisado remonta a um encontro de grupos sociais que ocupam um mesmo espaço, mas que poucas vezes convivem. Tal encontro consubstanciou-se em sociedade entre estes sujeitos, formatada por intermédio de valores, princípios e símbolos comuns a outras ONGs do campo estudado.

Tão perto e tão longe, os atores envolvidos nestas organizações (sejam profissionais, coordenadores, jovens participantes) aprendem a respeitar-se e a conviver, mas continuam afastados por um abismo de diferenças e de desigualdades. "Como" conseguir, entretanto - e de fato - aliar ideais de reconhecimento cultural, participação e solidariedade à efetiva redistribuição das riquezas? Esta é uma questão sobre a qual precisamos refletir e buscar soluções conjuntas (ONGs, governos, universidades, sociedade) para o enfrentamento das situações sociais negativas que desfavorecem segmentos da juventude.

Referências

- ADORNO, R.C.F. Os imponderáveis circuitos dos vulneráveis cidadãos. In: LERNER, J. (Org.). **Cidadania verso e reverso**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998. p.93-109.
- ANDRADE, E.N. (Org.). **Rap e educação Rap é educação**. São Paulo: Sumus, 1999.
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- CASTRO, M.G. (Org.). **Cultivando vida, desarmando violências**: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza. Brasília: Unesco, 2001.
- CASTRO, M.G.; ABRAMOVAY, M. **Juventude no Brasil**: vulnerabilidades positivas e negativas. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO, ALAP, 1., 2004, Caxambu. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_alap/PDF/ALAP2004_295.PDF>. Acesso em: 20 dez. 2007.
- _____. Cultura, identidades e cidadania: experiências com adolescentes em situação de risco. In: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD/Ipea, 1998. p.571-644.
- DOIMO, A.M. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- FRASER, N. From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a 'postsocialist' age. In: SEIDMAN, S.; ALEXANDER, J. (Orgs.). **The new social theory reader**. Londres: Routledge, 2001. p.285-93.
- GUIMARÃES, M.E. Rap: transpondo as fronteiras da periferia. In: ANDRADE, E.N. (Org.). **Rap e educação Rap é educação**. São Paulo: Sumus, 1999. p.39-54.
- MATTOS, P. **A sociologia política do reconhecimento**: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser. São Paulo: Annablume, 2006.
- SANSONE, L. O local e o global na afro-Bahia contemporânea. **Rev. Bras. Ciênc. Soc.**, v.10, n.29, p.65-84, 1995.
- SIMIÃO, D. Itinerários transversos: gênero e o campo das Organizações Não-Governamentais no Brasil. In: ALMEIDA, H.B. et al. (Orgs.). **Gênero em matizes**. Bragança Paulista: CDAPH, 2002. p.17-48.

MALVASI, P.A. ONGS, vulnerabilidade juvenil y reconcimiento cultural: eficacia simbólica y delemas. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v.12, n.26, p.605-17, jul./set. 2008.

La búsqueda por el reconocimiento cultural como estrategia en la confrontación de la vulnerabilidad entre jóvenes se hizo predominante las ONGS (organizaciones no gubernamentales) brasileñas. Después de die años de crecimiento de esta maneira de acción buscamos analizar su eficacia simbólica y sus dilemas. El artículo debate, inicialmente, conceptos y prácticas comprendidas en este escenario. En seguida, se vuelve para el campo de las ONGS brasileñas que actúan con jóvenes en situación de vulnerabilidad a través de actividades artísticas y culturales, con la intención de reconocer los elementos simbólicos presentes artísticas y culturales, con la intención de reconocer los elementos simbólicos presentes en el contexto estudiado. Se presenta también un estudio de caso que observa la experiencia de una organización no gubernamental. El artículo destaca un dilema común a las acciones de las ONGS en el enfrentamiento de la vulnerabilidad juvenil, cual sea, conciliar las acciones de carácter cultural que tienen por objeto la valorización del repertorio particular de los jóvenes de clases populares con la viabilidad del acceso a estructuras y recursos básicos de los cuales están alejados.

Palabras clave: Vulnerabilidad social. Organización no gubernamental. Reconocimiento cultural. Eficacia. Redistribución material.

Recebido em 26/09/07. Aprovado em 27/02/08.